



NÔ CUDJI PAZ

OBSERVATÓRIO DA PAZ

Boletim sobre a Prevenção do Radicalismo e do Extremismo Violento na Guiné-Bissau



ESTRATÉGIA PREV-GB E PLANO DE AÇÃO

Num contexto sub-regional cada vez mais marcado pela instabilidade e o extremismo violento, a Guiné-Bissau opta conscientemente pelo caminho da prevenção, da coesão social e da resposta estruturada aos riscos que fragilizam a paz.

O Observatório da Paz, com uma equipa de reputados especialistas guineenses, elaborou uma Estratégia Nacional e um Plano de Ação para a PREV. Reconhecendo que a prevenção eficaz do radicalismo e extremismo violento (REV) se faz pela criação de oportunidades, pelo reforço da cidadania, pelo respeito à diversidade, pelo empoderamento de jovens e mulheres, e pelo combate à discriminação e todo o tipo de exclusão social, política e económica.

Com base num processo participativo e multissetorial, a PREV-GB articula quatro eixos estratégicos complementares operacionalizados através de um Plano de Ação nacional ambicioso, mas viável, tanto ao nível económico como funcional. Saiba mais nesta edição.

[Leia a notícia nesta edição](#) ●

O QUE HÁ NESTA EDIÇÃO:

- Combate à Islamofobia - 3*
- Dia Mundial da Rádio - 4*
- Vozes pela Paz - 5*
- A ciência e a PREV - 7*
- Soluções regionais para a crescente crise no Sahel - 8*
- Caracterização da PREV - 10*
- Estratégia Nacional PREV - 11*
- PREV: uma revisão da literatura - 13*
- Novas palavras, novos especialistas na PREV - 14*
- ODS 16 - 15*

EDITORIAL

Os Editores

Nesta edição, começamos pelo meio de comunicação mais democrático e familiar: a rádio. Na Guiné-Bissau, sendo que a ligação digital ainda apresenta desafios estruturais, a rádio permanece como o meio que não deixa ninguém para trás (p.4).

Nesta edição, voltámos ao início, isto é, pesquisámos o tema endereçado pelo Observatório da Paz - *Nô Cudji Paz: o radicalismo e o extremismo violento*. Como se prevê? Nessa senda sugerimos a leitura do artigo: “A ciência pode prever quem está em risco de se radicalizar para o extremismo violento?”.

Exploramos, assim, os limites éticos e técnicos que os investigadores com os quais os investigadores se confrontam (p.7). Nesse domínio, insere-se o artigo “Novas palavras, novos especialistas: o surgimento da especialização em radicalização e extremismo violento.” (p.14) Destaque também para a revisão da literatura sobre a temática trazida por Stephens, Sieckelinck e Boutellier (p.13).

Com a assinatura do prestigiado *think tank*, a Chatham House, vem uma chamada de atenção sobre as ameaças de segurança no Sahel (p.8).

Todavia, o principal tema da presente edição é a chamada de atenção para a importância da Guiné-Bissau dispor de uma estratégia nacional para a Prevenção do REV. Voltamos à caracterização do tema (p.10). E, por fim, damos a conhecer a proposta de Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento da Guiné-Bissau (p.11). Convidamos, desde logo, todos os atores da sociedade civil a participarem no Atelier que terá lugar na Casa dos Direitos, no dia 16 de abril, para a discussão pública com parceiros técnicos da sociedade civil.

O documento inscreve-se, não como mais uma estratégia para ficar guardada numa gaveta, mas como o roteiro que o país precisa para coordenar os esforços entre o Estado, a sociedade civil e os parceiros internacionais desenvolvimento. Num momento em que a região ocidental africana enfrenta instabilidade crescente, a adoção e implementação desta estratégia é vital para a soberania e a estabilidade interna. Ler, compreender e agir: eis o caminho indispensável para uma Guiné-Bissau resiliente. Nós escolhemos a paz! *Nô Cudji Paz!*

ESTRATÉGIA NACIONAL E PLANO DE AÇÃO PARA A PREV-GB

ESTRATÉGIA NACIONAL E PLANO DE AÇÃO DE PREVENÇÃO DO RADICALISMO E DO EXTREMISMO VIOLENTO NA GUINÉ-BISSAU (PREV-GB)

FEVEREIRO 2026



DIA INTERNACIONAL DE COMBATE À ISLAMOFOBIA

No dia **11 de fevereiro** (2026), **uma fotografia tornou-se viral: o abraço genuíno e feliz entre um padre jesuíta e um imã.** O mundo precisa de mais abraços felizes.

Em Portugal, a esquerda e direita jogam *pingue-pongue* entre os antissionistas e pró-regime iraniano (a esquerda segundo a direita), e os pró-sionistas e defensores de um Portugal “autêntico” ou “real” replicando a máxima – “Deus, Pátria, Família”(a direita). A guerra dos EUA e Israel contra o Irão acentua as divisões entre blocos.

Segundo **Hans Kung** “não haverá convivência humana sem um *ethos* mundial das nações; não haverá paz entre as nações sem a paz entre as religiões; não haverá paz entre as religiões sem o diálogo entre as religiões.” É isso que o Observatório da Paz tem feito na Guiné-Bissau com a institucionalização do Fórum dos Líderes Religiosos a 11 de fevereiro quando a foto viralizou.

«**Aquilo a que estamos a assistir é a derrocada dessa forma de conceber a relação entre os povos de que a ONU foi um dos símbolos e o regresso, assumido, de uma ideologia imperialista: os "nossos" valores são melhores do que os "deles", por isso é legítimo invadi-los, exterminar o maior número possível "deles", criar de raiz sociedades melhores, limpos os escombros das anteriores**», escreveu Cláudia Santos num artigo de opinião no Público. E, continua Santos, “**começa-se por se dizer que tem de se castigar quem andar de burca cá**”.

Numa ação de islamofobia num país onde menos de 1% da população é muçulmana.

É precisamente por isso que **em 2026 é fundamental assinalar o Dia Internacional para Combater a Islamofobia, 15 de março**, uma **data proclamada pelas Nações Unidas** em 2022 com o **objetivo de promover a compreensão intercultural e combater o aumento global do ódio dirigido a comunidades muçulmanas.** A intolerância e a discriminação contra os muçulmanos existem há muito tempo, mas intensificaram-se nos últimos anos devido a fatores como a “guerra contra o terrorismo”, a insegurança económica e a crescente diversidade em muitas sociedades. **António Guterres considera essencial que os governos promovam a coesão social e protejam a liberdade religiosa**, que as plataformas online combatam o discurso de ódio e que os indivíduos se oponham ativamente ao fanatismo e à xenofobia.

Na **Guiné-Bissau, os líderes religiosos foram os primeiros a perceber a ameaça do radicalismo e extremismo violento** que persiste nos países da sub-região. Em Génesis 25: 9 lemos - “Os seus filhos Isaac e Ismael deram-lhe sepultura na gruta de Macpela (...)”. Afinal os dois irmãos, Ismael e Isaac, sempre tiveram vasos comunicantes e a amizade entre os dois junta-os também para enterrar o pai, Abraão. É esta amizade que se solidariza num diálogo inclusivo que o mundo precisa hoje.

[Ler mais](#) ●

“NÃO HAVERÁ CONVIVÊNCIA HUMANA SEM UM ETHOS MUNDIAL DAS NAÇÕES; NÃO HAVERÁ PAZ ENTRE AS NAÇÕES SEM A PAZ ENTRE AS RELIGIÕES; NÃO HAVERÁ PAZ ENTRE AS RELIGIÕES SEM O DIÁLOGO ENTRE AS RELIGIÕES.”

HANS KUNG.





O meio de comunicação que não deixa ninguém para trás – Dia Mundial da Rádio

Numa tarde sufocante na região de Gabú, na Guiné-Bissau, um imã sintoniza o seu transístor alimentado a pilhas na rádio Gandal FM. O ruído estático cede lugar à cadência calorosa do radialista que sumariza as principais notícias do dia. Num país mais a norte, um técnico de uma ONGD navega pelo Pocket Casts, um dos muitos aplicativos de podcasts para Android, e escuta um episódio do programa “Na Terra dos Cacos”, do jornal O Público, protagonizado pelo jornalista António Rodrigues e o sociólogo Elísio Macamo. Duas realidades díspares, porém, um mesmo meio, a rádio. Hoje multiformado através da transmissão por meio de ondas de rádio, ondas eletromagnéticas de frequência entre 3 hertz (Hz) e 300 giga-hertz (GHz), e outra pela internet, quer através de plataformas de podcast, quer via transmissão no Facebook ou no Youtube, como acontece com as rádios e TV comunitárias na Guiné-Bissau.

Proclamado em 2011 pela UNESCO e aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas ([A/RES/67/124](#)) em 2012, o Dia Mundial da Rádio, 13 de fevereiro, marca a data em que a Rádio das Nações Unidas foi criada, em 1946. A rádio é um meio de comunicação de baixo custo, especialmente adequado para alcançar comunidades remotas e pessoas vulneráveis, oferecendo uma plataforma para intervir no debate público, independentemente do nível de educação das pessoas. Também desempenha um papel crucial na comunicação de emergência e na ajuda em caso de catástrofes. A rádio está numa posição única para reunir as comunidades e promover um diálogo positivo para a mudança.

A National Geographic Portuguesa conta que foi Heinrich Hertz quem descobriu as ondas de rádio, em 1886. Teríamos, contudo, de esperar uma década para dispor de um equipamento que transmitisse mensagens.

Guglielmo Marconi, inventor italiano, em 1895, conseguiu enviar uma mensagem sem necessidade de fios a um trabalhador que se encontrava a um quilómetro de distância. Seis anos mais tarde já transmitia mensagens para além do oceano Atlântico com os EUA[2]. O século XX exponenciou esta nova tecnologia. Em 1920, foi lançado no mercado o primeiro aparelho de rádio, um exemplar “tetraô” do pequeno transístor a pilhas usado pelo imã em Gabu em 2026.

A internetificação da rádio e a inteligência artificial
As Nações Unidas, ao assinalar a efeméride, referem que “a rádio se encontra num momento de transformação em que a IA (inteligência artificial) pode ajudar a fortalecer a sua missão principal: informar, educar e entreter. O Público, num artigo intitulado “A nova era de ouro da rádio”[3], assinado por Gonçalo Soeiro Ferreira, refere que a rádio “ganhou uma nova importância. Seja porque nos fez companhia durante a pandemia, seja porque nos mantém informados durante um apagão ou catástrofe natural.” O autor refere que “a rádio entrou na era dos podcasts”.

O Observatório da Paz emitiu 91 edições do programa a que chamou “Bantaba de Paz”, totalizando 364 transmissões, difundidas em quatro estações emissoras, rádios Bombolom FM, Papagaio de Buba, Kassumai e na Gandal FM, estação na qual o imã sintonizava o seu transístor para escutar as notícias do dia. A rádio, na Guiné-Bissau, e em muitas partes do mundo, inclusive em Portugal, é o meio que não deixa ninguém para trás, chega a todo o lado e pode ser ouvida sem custos significativos, com um simples transístor ou com acesso à internet num qualquer programa de podcasts ou plataformas de rádio online.

[Ler mais](#) ●



Vozes pela Paz e Tolerância

Diálogo Inter-religioso no Mundo e na Guiné-Bissau

“Vivemos tempos em que o radicalismo e a intolerância ameaçam as bases da convivência humana, e a urgência de encontrar caminhos para a paz e a compreensão nunca foi tão clara. Este livro nasce com o objetivo de ser uma voz plural e abrangente em defesa da paz, da tolerância e do respeito mútuo, reunindo o testemunho de líderes religiosos e membros da sociedade civil comprometidos com a construção de pontes e não de muros. Cada um dos depoimentos aqui reunidos oferece uma perspectiva única sobre como o diálogo inter-religioso pode ser a chave para a prevenção do radicalismo e da violência extremista”, escreveu na anterior Ministra da Justiça e Direitos Humanos, Dra. Maria do Céu Silva Monteiro, ao prefaciar o livro “Vozes pela paz e tolerância – Diálogo inter-religioso e prevenção do radicalismo e extremismo violento na Guiné-Bissau”.

A publicação reúne testemunhos de 13 personalidades guineenses, designadamente os seguintes: Abulai Djaura, Aissato Camara Indjai, Aladje Infali Coté, Aladje Suleimane Baldé, Denise Ercília Cabral dos Santos, Indequê, Elisa Tavares Pinto, Fernando Mandinga da Fonseca, Ismael Pedro da Silva, José Lampra Cá, Mateus Malu, Mussa Sani, Saico Embaló e Silvina Tavares.

“O diálogo inter-religioso não é apenas uma prática de respeito às diferenças, mas um imperativo ético em tempos de polarização. Só através do entendimento mútuo e da cooperação podemos superar os desafios impostos pelo extremismo e pela intolerância. É preciso que todas as vozes se unam na construção de pontes e não de muros” escreveu Maria do Céu Monteiro no prefácio já citado. Desmond Tutu lembra-nos que “não há caminho para a paz, a paz é o caminho. E esse caminho passa pelo diálogo e pelo reconhecimento da dignidade do outro.” “Este ensinamento é o fio condutor que une as experiências partilhadas neste livro”, escreveu a ex-Ministra.

Diálogo inter-religioso é definido por Jean-Claude Basset, na sua obra El Diálogo Interreligioso, como um “intercâmbio de palavras e escuta recíproca que compromete em pé de igualdade os crentes de diferentes tradições religiosas”.

Em 1893, o Parlamento das Religiões do Mundo inaugurou o nascimento formal do diálogo inter-religioso, reunindo em Chicago, no contexto da Exposição Mundial de Chicago, pela primeira vez, um conjunto significativo de representantes de diversas religiões para debater assuntos relacionados com os seus credos.

Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criada em 1945, contribuiu desde a sua fundação para a promoção da dignidade humana, dos direitos humanos e do respeito pela diversidade cultural. Contudo, só a partir dos anos 1990, e de forma mais consistente após os atentados de 11 de setembro de 2001 — é que a UNESCO passou a integrar explicitamente o diálogo inter-religioso nas suas iniciativas, reconhecendo o papel das tradições religiosas na construção da paz, na promoção do desenvolvimento sustentável e na luta contra a pobreza.

O núcleo ético e filosófico do diálogo inter-religioso contemporâneo reside na ideia de que “posso aprender contigo” (Swidler & Mojzes, 2000). O livro, disponível no site do Observatório, prossegue com “iniciativas emergentes de diálogo inter-religioso na Guiné-Bissau”.

**“NÃO HÁ CAMINHO PARA
A PAZ – A PAZ É O
CAMINHO.”**

DESMOND TUTU



VOZES PELA PAZ E TOLERÂNCIA

*Diálogo Inter-religioso e Prevenção
do Radicalismo e Extremismo Violento
na Guiné-Bissau*



NÔ CUDJI PAZ
OBSERVATÓRIO DA PAZ

Solicite um exemplar na
Casa dos Direitos, sede do
Observatório da Paz - Nô
Cudji Paz, em Bissau.

Em alternativa, leia a
versão digital - [aqui](#)





A ciência pode prever quem está em risco de se radicalizar para o extremismo violento?

Apesar de décadas de investimento em inteligência e investigação académica, a **previsão de atos de terrorismo continua a ser um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas**. Um artigo recente sobre o trabalho da investigadora **Emily Corner, da Universidade Nacional Australiana**, levanta questões que transcendem as fronteiras nacionais: **será possível aplicar o rigor metodológico de outras ciências, da medicina ao marketing, para antecipar as trajetórias de radicalização violenta?**

A resposta, por enquanto, é prudente. **Os modelos atuais de avaliação de risco são, na sua maioria, retrospectivos: analisam acontecimentos para identificar padrões, mas falham na previsão prospetiva**. Muitos destes instrumentos foram construídos com base em **amostras enviesadas**, focando-se desproporcionalmente nos extremistas de inspiração islâmica, o que limita a sua aplicabilidade universal e **fomenta estigmas que prejudicam a coesão social** em múltiplos contextos geográficos.

As razões são múltiplas. Em primeiro lugar, só depois do **11 de setembro** é que o conceito de “radicalização” passou a ter maior relevância académica. Acresce a raridade estatística dos atos de extremismo violento: mesmo entre os indivíduos que adotam as narrativas radicais, **menos de 1% efetivamente cometerá violência**. Isto significa que fatores frequentemente citados como **indicadores de risco, o isolamento social, a frustração identitária, a exposição online a conteúdos extremistas, não são causais, mas correlacionais**. Confundir a correlação com a causalidade pode levar a **falsos positivos, à estigmatização e ao desperdício de recursos**.

A proposta mais promissora apresentada por Corner e os colegas reside numa **mudança de paradigma**: abandonar os modelos lineares em favor de uma **abordagem dinâmica**. O novo quadro teórico trata a radicalização como o resultado da **interação contínua entre três dimensões, processos cognitivos, contexto social e comportamento**, reconhecendo que nenhum fator isolado determina o desfecho. Esta lógica aproxima-se da utilizada em avaliações clínicas na saúde mental, onde o contexto individual é essencial para interpretar os sinais de risco.

Entretanto, a realidade operacional impõe-se. Com a maioria dos ataques recentes no Ocidente a ser perpetrada por atores isolados, muitas vezes radicalizados em espaços digitais difíceis de monitorizar, os serviços de inteligência dependem cada vez mais de mecanismos de denúncia comunitária. Estes são necessários, porém insuficientes sem uma compreensão mais sofisticada dos processos subjacentes à radicalização.

Conclusão: a ciência ainda não pode prever com fiabilidade quem recorrerá à violência em nome de uma causa. Mas o caminho para lá chegar passa por abandonar generalizações apressadas, investir na investigação interdisciplinar a longo prazo e, acima de tudo, reconhecer que a **prevenção do extremismo não é apenas uma questão de segurança, é um desafio de justiça social, saúde coletiva e resiliência democrática**. Enquanto os governos não integrarem estas perspetivas, a imprevisibilidade continuará a ser a única certeza.

[Leia o artigo completo](#) ●



A África Ocidental precisa de soluções regionais para combater a crescente crise de segurança no Sahel

A África Ocidental enfrenta uma crise de segurança sem precedentes, com o Sahel a servir como epicentro de uma instabilidade que ameaça expandir-se para toda a região.

Um artigo recente da Chatham House, assinado por Romane Dideberg e Paul Melly, analisa os desafios que a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enfrenta para conter esta escalada.

Os eventos mais recentes ilustram a gravidade da situação: um golpe militar na Guiné-Bissau e uma tentativa fracassada no Benim, ocorridos com menos de duas semanas de diferença em finais de 2025. Enquanto as forças leais recuperaram rapidamente o controlo no Benim com apoio da CEDEAO, a Guiné-Bissau permanece suspensa dos órgãos decisórios do bloco, com negociações delicadas em curso.

Contudo, estes episódios são secundários face à crise de segurança no Sahel, que continua a alastrar. Há mais de uma década, Burkina Faso, Mali e Níger sofrem com ataques jihadistas, tráfico criminal e tensões intercomunitárias. Em setembro de 2025, o grupo Jama'at Nusrat ul-Islam wal-Muslimin (JNIM) impôs um bloqueio às rotas de abastecimento de combustível para Bamako, quase sufocando a economia maliana.

A insegurança expandiu-se para norte de Benim, Togo e Nigéria. No Benim, os golpistas justificaram a sua tentativa citando a deterioração da segurança. Na Nigéria, a ameaça do Boko Haram e do Estado Islâmico – Província da África Ocidental (ISWAP) agravou-se com aumento do banditismo violento no noroeste.

A situação complicou-se com a retirada do Mali, Burkina Faso e Níger da CEDEAO em janeiro de 2025, após golpes militares entre 2020 e 2023. Estes países formaram a Aliança dos Estados do Sahel (AES), criando tensões com os países costeiros da CEDEAO.

Apesar das divisões, registaram-se progressos bilaterais: cooperação militar entre o Mali e o Senegal, iniciativas conjuntas entre o Burkina Faso e o Gana, e sinais de aproximação entre a Costa do Marfim e o Burkina Faso. A Nigéria demonstrou o reconhecimento da necessidade de colaboração ao prestar ajuda decisiva ao Níger durante uma crise de combustível em março de 2025.

A resposta eficaz exige ir além de ações puramente militares. As forças francesas, que operaram no Sahel até 2023, foram eficazes no combate a líderes militantes, mas não conseguiram conter a propagação contínua da militância. Para travar o recrutamento jihadista, são necessárias medidas sustentadas para combater as queixas socioeconómicas subjacentes.

O JNIM tem explorado a oposição a empresas estrangeiras, atacando minas de ouro e lítio e raptando cidadãos estrangeiros. A junta maliana não conseguiu lidar eficazmente com esta tática, permitindo ao grupo obter pagamentos de resgate e acusar o governo de priorizar os cidadãos estrangeiros.

Construir uma resposta coordenada entre CEDEAO e AES exigirá superar a desconfiança resultante de anos de confronto político. Qualquer operação conjunta deve cumprir as regras da guerra e evitar abordagens punitivas que possam alimentar o recrutamento jihadista.

A acumulação contínua de crises pode, paradoxalmente, oferecer uma oportunidade para recalibrar as relações entre os blocos, recordando os seus destinos interligados. Sem reconstrução de ligações operacionais formais, a cooperação limitada em matéria de segurança continuará insuficiente para fazer face à extensão da ameaça.

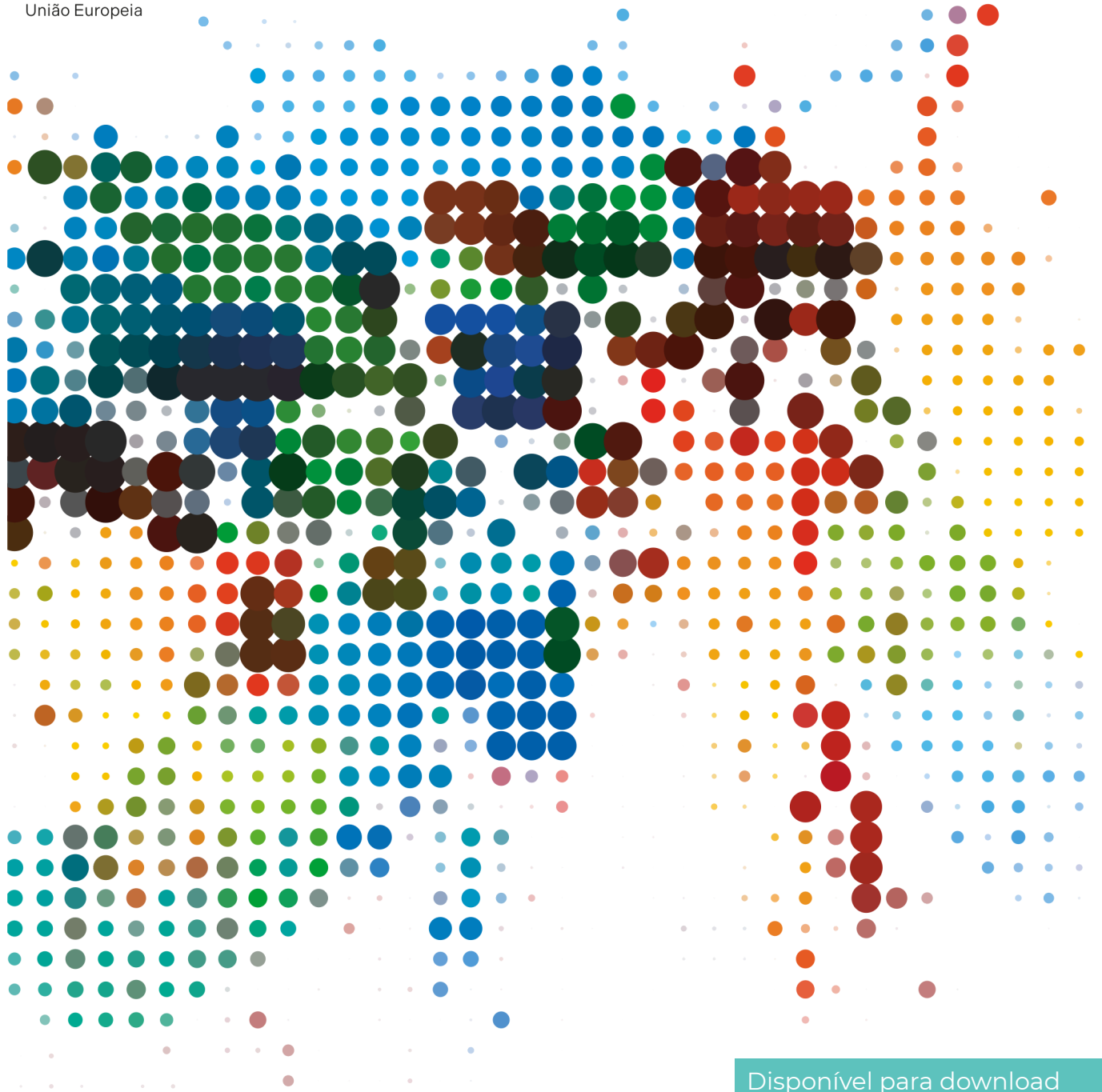
Cofinanciado por:

Implementado por:

Em parceria:



Financiado pela
União Europeia



Policy Paper: Opções de Resposta Política para a Crise de Segurança e Democracia na África Ocidental

Disponível para download
[aqui.](#)

Consulte o site [Observatório da Paz](#) para acesso à versão Inglesa e Francesa.



Extremismo Violento: Caracterização e Prevenção

A distinção conceptual entre radicalismo e Extremismo Violento (REV) é fundamental para a formulação de políticas de segurança eficazes. Enquanto o radicalismo denota a adesão a ideias divergentes do *status quo*, sem necessariamente implicar a violência, o REV, conforme delineado no Plano de Ação das Nações Unidas para Prevenir o Extremismo Violento (2015), refere-se à defesa ou ao uso da violência para alcançar objetivos ideológicos, políticos ou religiosos. A ONU enfatiza que o REV é frequentemente um precursor do terrorismo, exigindo assim respostas que transcendam o paradigma puramente militar, e que ao invés se foquem na investigação e combate às condições que favorecem a disseminação de ideologias violentas.

No contexto do Sahel, os fatores que impulsionam (“drivers”) o REV são multifacetados e estruturais. O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017), “Jornadas para o Extremismo”, identifica que a ausência do Estado, a marginalização económica e a degradação ambiental atuam como catalisadores primários. A incapacidade dos governos em fornecer serviços básicos, segurança e justiça cria vácuos de autoridade que são explorados por grupos armados não estatais. Adicionalmente, a competição por recursos escassos, exacerbada pelas alterações climáticas na região, intensifica os conflitos comunitários locais que são subsequentemente cooptados por narrativas extremistas transnacionais, transformando as tensões locais em insurgências regionais.

A prevenção eficaz requer uma abordagem inclusiva (“whole-of-society”). As mulheres, conforme a Resolução 1325 do Conselho de Segurança, detêm um papel crucial na detecção precoce dos sinais de radicalização, dada a sua posição central na coesão familiar e comunitária. As causas que afetam as oportunidades de inserção e progressão dos jovens, os alvos principais das ações de recrutamento

(Resolução 2250), designadamente no acesso a serviços essenciais, como a educação, a saúde, a justiça, mas também oportunidades de desenvolvimento socioeconómico. A sua participação cívica de modo a oferecer alternativas à violência deve ser fomentada. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) funcionam como ponte essencial entre o Estado e a população, facilitando a confiança, particularmente aquelas que trabalham com jovens e com mulheres. Quanto aos líderes religiosos, a sua autoridade moral para desconstruir narrativas teológicas distorcidas que legitimam a violência, deve ser valorizada, para ao invés serem agentes das contranarrativas pela paz e coesão social.

A institucionalização destas (e outras) medidas deve ser feita através da adoção e implementação de uma Estratégia Nacional de Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento (PREV). Uma estratégia nacional garante a coerência política, a alocação orçamental específica e a coordenação interministerial, evitando abordagens fragmentadas ou reativas. Para os países do Sahel, designadamente para a Guiné-Bissau, adotar tal estratégia não é apenas uma medida de segurança, mas um compromisso para com o desenvolvimento sustentável e a coesão social. Sem o devido enquadramento nacional, que integre a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos, as iniciativas de prevenção vão permanecer isoladas e insustentáveis face à ameaça regional. A soberania nacional na liderança destas estratégias é vital para assegurar a apropriação local e a legitimidade das intervenções.

O Observatório da Paz - Nô Cudji Paz - contribuiu para a elaboração de uma Estratégia Nacional acompanhada de um Plano de Ação, a qual apresentaremos sumariamente no próximo artigo. Nós escolhemos a paz!

[Leia o próximo artigo](#) ●



Estratégia Nacional e Plano de Ação para a PREV-GB

"Vós que entrais, abandonai toda a esperança", lemos n'A Divina Comédia de Dante Alighieri. O ano de 2026 parece ser um desses anos onde a esperança vê os seus alicerces testados. Shakespeare aparentemente continua a ter razão: "O mundo é um conjunto de cegos guiado por loucos", escreveu na peça O Rei Lear[1]. Sartre disse: "Basta que um homem odeie o outro para que o ódio ganhe a pouco e pouco a humanidade inteira". A 26 de novembro de 2025 a Guiné-Bissau sofreu um novo golpe de Estado. De novo o país é adiado.

Como observou Alexis de Tocqueville, a *arte da associação* constituiu o traço definitivo da época moderna. As associações voluntárias, ou o que comumente é denominado "Sociedade Civil", são decisivas para o aprofundamento da democracia. No caso da Guiné-Bissau são as organizações da sociedade civil que medeiam entre o Estado e as comunidades, representando-as, mas também assegurando os serviços essenciais.

"O caminho faz-se caminhando" escreveu o poeta espanhol Antonio Machado. O Observatório da Paz – Nô Cudji Paz, através do trabalho de dois consultores seniores guineenses, Alfredo Handem e Carmelita Pires, a partir de uma abordagem participativa, inclusiva e multisectorial, fundamentada na recolha e na análise de evidências empíricas, no diálogo com atores estratégicos e na mobilização do conhecimento técnico e comunitário, elaborou a Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento na Guiné-Bissau (PREV-GB).

Os consultores procederam à análise rigorosa da documentação nacional e internacional relevante em matéria da PREV. Na fase seguinte prosseguiram num roteiro de auscultações a partir de questionários abertos para entrevistas semiestruturadas. Entre entrevistas

individuais e consultas institucionais foram auscultadas mais de 200 pessoas, entre um vasto leque de atores estratégicos, entre os quais: entidades estatais, atores da sociedade civil, do poder tradicional, entidades religiosas, projetos de desenvolvimento, organizações regionais e internacionais, em Bissau e nas regiões de Cacheu e Gabu. A estratégia assume que a melhor forma de prevenir a radicalização é atacar as suas causas estruturais, promovendo a justiça social, o Estado de Direito, a coesão comunitária, a democracia, a inclusão e a participação cidadã. Está, assim, estruturada em torno de 4 eixos: 1. Reforço do estado de direito; 2. Educação e comunicação estratégica; 3. Envolvimento social e comunitário; 4. Promoção da inclusão.

O Plano de Ação da Estratégia PREV-GB acompanhado por um orçamento exequível representa a tradução operativa desta visão, articulando um conjunto de ações concretas, coerentes e coordenadas, a serem implementadas ao longo de um quinquénio. Mais do que um exercício técnico, este Plano de Ação é uma ferramenta política e social de mobilização nacional, orientada para resultados transformadores: visa consolidar as bases de uma cultura de paz, da justiça e da inclusão, reforçando a resiliência das comunidades face a discursos de ódio, ideologias extremistas e conceção da violência como meio legítimo de resolução de frustrações. ●



ESTRATÉGIA NACIONAL E PLANO DE AÇÃO DE PREVENÇÃO DO RADICALISMO E DO EXTREMISMO VIOLENTO NA GUINÉ-BISSAU (PREV- GB)

FEVEREIRO 2026



Prevenção do extremismo violento: uma revisão da literatura

William Stephens, Stijn Sieckelinc e Hans Boutellier

O combate ao terrorismo evoluiu. Já não basta apenas reagir à violência; as **estratégias nacionais voltaram-se para a prevenção**, criando um vasto vocabulário de **“Prevenção e Combate ao Extremismo Violento” (P/CVE)**. Contudo, sob a bandeira unificada, esconde-se uma divisão crucial.

Enquanto as abordagens tradicionais de segurança continuam a vigiar comunidades, uma nova corrente académica e prática defende **intervenções de “soft power”** que operam **fora da lógica securitária, focando-se na educação, saúde pública e serviço social**.

Uma **revisão recente de 73 artigos científicos** revela **quatro pilares centrais** nestas abordagens preventivas: **o desenvolvimento do “indivíduo resiliente”, a gestão da identidade, o fomento do diálogo aberto e o fortalecimento das comunidades**. A premissa é interessante: **em vez de tratar os cidadãos como potenciais riscos, devemos ajudá-los a desenvolver o pensamento crítico, a empatia e os valores democráticos para que resistam à atração das ideologias extremistas**.

No entanto, esta narrativa da resiliência esconde perigos subtis. Ao focarmo-nos excessivamente na capacidade do indivíduo ou da comunidade para **“aguentar” e “recuperar”**, corremos o risco de despolitizar o problema. **A resiliência, tal como é frequentemente aplicada, pode tornar-se uma ferramenta que culpa a vítima**: se um jovem se radicaliza, a falha é apresentada como a falta de resiliência pessoal, ignorando as injustiças sistémicas, a discriminação institucional e a marginalização económica que, na verdade, alimentam o extremismo.

O texto analisa que, **ao pedir que as comunidades sejam “resilientes”, o Estado pode estar a eximir-se da sua responsabilidade de corrigir as falhas estruturais que criam o terreno fértil para o ódio**. A verdadeira prevenção não deve ser apenas a de ensinar os jovens a navegar num mar de ódio, mas sobre **como drenar o oceano da desigualdade e da exclusão que o sustenta**.

A solução proposta não é abandonar a resiliência, mas redefini-la. **Precisamos de uma abordagem “socioecológica” que mude o foco do indivíduo para o ambiente**. Em vez de apenas formar mentes críticas, devemos garantir que as instituições forneçam os recursos necessários para que a identidade se desenvolva de forma positiva e não dividida. O diálogo e a ação política são vitais, mas apenas funcionam se houver canais legítimos de expressão e se as queixas forem ouvidas, não silenciadas. **Conclusão**: a luta contra o extremismo violento não será vencida apenas através de currículos escolares ou de campanhas de empatia. Exige uma coragem política para abordar as raízes da marginalização. Se continuarmos a tratar a prevenção como um exercício de fortalecimento individual, estaremos apenas a pintar um buraco, deixando a estrutura podre intacta. A verdadeira resiliência de uma sociedade mede-se não pela capacidade dos cidadãos suportarem a injustiça, mas pela sua vontade de a erradicar.

1. O indivíduo resiliente

A imagem evocada pelas teorias e abordagens que se enquadram nesta orientação do “indivíduo resiliente” é a de criar indivíduos fortes, críticos ou flexíveis. As principais abordagens focam-se de várias formas em: (1) desenvolver recursos cognitivos, (2) fomentar traços de caráter e (3) promover ou fortalecer valores.

2. Recursos cognitivos

Esta intervenção baseia a sua abordagem preventiva no entendimento de que uma característica comum das ideologias extremistas é o pensamento “preto no branco”, no qual são feitas distinções simples entre “nós e eles”, “certo e errado”. Além da complexidade no pensamento, a capacidade cognitiva mais comum referida é a do “pensamento crítico”.

3. Traços de caráter

A lógica subjacente a essa perspetiva parece ser que certas qualidades e traços psicológicos, como a empatia, podem ser mais fortes do que os fatores que levam os indivíduos a envolverem-se no extremismo violento. Sugere-se que, para serem capazes de cometer atos de violência contra outros seres humanos, os indivíduos passam por um processo de desumanização do “outro”, desligando-se das suas sanções morais internas normais que, de outra forma, os impediriam de se envolver em violência. Feddes, Mann e Doosje propõem que o desenvolvimento da autoestima e da empatia pode impedir que os indivíduos sejam atraídos para o extremismo violento.

4. Promover/fortalecer valores

O mais proeminente nesse sentido é a noção de cidadania e direitos humanos. Davies defende uma educação abrangente em direitos humanos que influencie tanto o conteúdo quanto a ação do ensino, argumentando que os valores dos direitos humanos “promovem uma cultura inclusiva”. Macnair e Frank propõem uma “batalha de ideias”, defendendo a promoção dos “valores da comunidade, tolerância e união” para contrariar o ódio e a polarização das narrativas extremistas.





Novas palavras, novos especialistas: o surgimento da especialização em radicalização e extremismo violento

Nos últimos vinte anos, as democracias ocidentais confrontaram-se com um desafio crescente: **como prevenir a violência política sem comprometer as liberdades fundamentais?** Após os atentados do início dos anos 2000, os governos europeus passaram a usar os conceitos de “radicalização” e “extremismo violento” como base para novas políticas de prevenção. Mas quem são, afinal, os especialistas que orientam estas decisões? E como se organiza o conhecimento que sustenta as estratégias de segurança?

Um novo estudo acadêmico, publicado no *Journal of Applied Social Science*, lança luz sobre este universo pouco visível. O autor, **Gilbert McLaughlin**, da Liverpool Hope University, analisou relatórios governamentais, sítios web de organizações especializadas e realizou entrevistas com 15 acadêmicos, consultores e decisores políticos na Europa, entre 2018 e 2020. O objetivo: mapear os diferentes tipos de “especialistas” em matéria de radicalização e compreender como competem ou colaboram entre si.

A conclusão principal é surpreendente: não existe um tipo único de especialista. Em vez disso, emergiu um ecossistema complexo com sete perfis distintos. No topo, estão os especialistas ligados diretamente aos governos, cujos relatórios nem sempre são públicos, e as entidades semipúblicas, financiadas pelo Estado, mas com alguma autonomia. Seguem-se as organizações independentes, os centros universitários, os investigadores acadêmicos, os grupos de cidadãos (ex. associações de vítimas) e, finalmente, os *media*, que também produzem e disseminam conhecimento sobre o tema.

O que distingue estes grupos? Dois fatores-chave: o grau de dependência financeira e institucional (autonomia vs. subordinação) e o nível de abertura na partilha do conhecimento (transparência versus confidencialidade). Por exemplo, um acadêmico universitário beneficia de grande liberdade para definir as suas perguntas de investigação, mas depende de financiamento público que pode

influenciar indiretamente as suas prioridades. Já uma organização não-governamental pode ter maior flexibilidade operacional, porém precisa de justificar constantemente a sua relevância para manter o apoio financeiro.

Um conceito central no estudo é o da “perícia intersticial”: os especialistas que operam nos espaços vazios deixados pelas instituições mais tradicionais. Estes atores, muitas vezes ONGs, consultores ou redes transnacionais, adaptam-se rapidamente a novas urgências políticas, preenchendo as lacunas entre a academia, o Estado e os *media*. Longe de serem marginais, desempenham um papel crucial como mediadores entre o conhecimento científico e a ação política.

O estudo sublinha, ainda, que a ambiguidade entre estes diferentes tipos de perícia não é um problema, mas uma característica produtiva do campo. A cooperação e a competição entre especialistas estimulam a inovação e permitem respostas mais flexíveis a fenómenos em constante evolução, como o extremismo de extrema-direita ou a radicalização online.

Para o cidadão comum, esta análise tem implicações práticas. Quando um governo anuncia uma nova estratégia de prevenção, é útil perguntar: quem foram os especialistas consultados? Que interesses representam? Que dados utilizaram? A transparência sobre estas redes de perícia é essencial para garantir que as políticas de segurança respeitam os direitos fundamentais e não estigmatizam as comunidades.

Para concluir, o conhecimento sobre a radicalização não é neutro. É construído socialmente, moldado por relações de poder, financiamento e legitimidade. Reconhecer esta complexidade não enfraquece a luta contra o extremismo; pelo contrário, permite desenhar políticas mais informadas, equilibradas e eficazes. Num tempo de desinformação e polarização, compreender quem produz o conhecimento, e com que objetivos, é o primeiro passo para uma democracia mais resiliente.

McLaughlin, G. (2025). *Journal of Applied Social Science*, 20, 37–55.

[Ler o artigo original completo](#) ●



Indicadores

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis;

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais:

- 16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta, a todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;
- 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS A TODOS OS NÍVEIS



FACTOS E NÚMEROS DO OBSERVATÓRIO DA PAZ - NÔ CUDJI PAZ

- 47 iniciativas de capacitação e advocacia social (formação, encontros, seminários) com 4.303 participantes dos quais 46,8% são mulheres (2.015 mulheres);
- Elaboração da Estratégia e Plano de Ação Nacional para a PREV.
- Estudo e documentação do fenómeno do REV com 3 livros publicados, 3 boletins informativos, 2 relatórios analíticos, 91 programas de rádio com 364 emissões e 1 sítio na internet.



FICHA TÉCNICA

Edição

- Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)
- Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH)

Coordenador Editorial e redator principal

João Monteiro

Colaboradores

Bubacar Turé
Patrícia Carmo

Fotografia

Marino da Costa

DESIGNER GRÁFICO

João Monteiro

CONTACTOS

- observatoriodapaz.org
- linktr.ee/nocudjipaz

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Disclaimer:

Esta publicação foi editada no âmbito do projeto “Observatório da Paz”, financiado pela União Europeia e cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) em parceria com a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH).

As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não devem ser atribuídas a qualquer outra pessoa ou instituição, nomeadamente à União Europeia e ao Camões, I.P.



NÔ CUDJI PAZ

OBSERVATÓRIO DA PAZ

Cofinanciador



Financiado pela
União Europeia





NÔ CUDJI PAZ

OBSERVATÓRIO DA PAZ

Cofinanciador



Financiado pela
União Europeia

